

Ata da 6ª (sexta) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período da 2ª (segunda) Sessão Legislativa, da 9ª (nona) Legislatura da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.

Aos trinta dias do mês de março do ano de mil e novecentos e noventa e quatro, às 8:10 horas, no recinto destinado ao funcionamento do Plenário da Câmara Municipal de Tabuleiro do Norte, compareceram os vereadores: Aldenora Freire do Amaral, Aragaci Monteiro Chaves, Celínio Nogueira Barros, Edberil Oliveira Chaves, Francisco Hilário de Oliveira, Francisco Marcos Moreira, João Antonio Viana, José Dário Freire de Lima, José Rebouças da Costa, Manoel Moreira de Almeida, Pedro Almeida Maia, Raimundo Dinardo da Silva Maia e Roberto Wagner de Freitas. Na Presidência, o vereador Celínio Nogueira Barros, secretariado pelo 2º Secretário, vereador Francisco Hilário de Oliveira. Os trabalhos foram abertos com número legal e na forma regimental. Iniciando o expediente, procedeu-se a leitura da Ata da 5ª (quinta) Sessão Ordinária do 1º (primeiro) Período da 2ª (segunda) Sessão Legislativa, realizada em 23 de março de 1994, sendo aprovada sem retificações. As matérias para leitura no expediente constaram: Projeto de lei nº 002/94, de 28 de março de 1994, assinado pelos vereadores: Celínio Nogueira Barros, Pedro Almeida Maia, Francisco Marcos Moreira, José Rebouças da Costa, Aragaci Monteiro Chaves, José Dário Freire de Lima, Raimundo Dinardo da Silva Maia, Edberil Oliveira Chaves, Manoel Moreira de Almeida, Aldenora Freire do Amaral, João Antonio Viana e Roberto Wagner de Freitas; Ofício nº 036/94, assinado pelo Presidente desta Casa Legislativa; Ofícios nºs, assinados pelo vereador Aragaci Monteiro Chaves; Correspondência do advogado Dr. Jesus Moreira de Andrade; Telegrama do Presidente da U.V.C., vereador Narcílio Andrade.

Na Tribuna Popular não houve perreos inscritos. No Pequeno Expediente usou da palavra o vereador Aragaci Monteiro Chaves. Falou da transposição do Promotor de Justiça desta Comarca para Aracati e qual será a posição do no Promotor, quanto ao problema da redução do número de vereadores? O vereador Celínio Nogueira Barros, com aquiescência do vereador Aragaci, falou que a posição dos promotores agora é de manter o número existente de vereadores, porque o argumento levantado pelos promotores não tem fundamento. No espaço destinado ao Grande Expediente usaram da palavra os vereadores: Celínio Nogueira Barros, falou defendendo o Projeto de Lei nº 002/91 e da importância em homenagear o homem público, simples, que sempre lutou pelo progresso de Tabuleiro. Kaimuru do Eduardo da Silva Maia, falou sobre as realizações da semana do Sr. Prefeito Municipal, como aquisição de postes, convênios com o Centro de Nutrição, trator de esteira e a cobertura da Quadra do Centro Educacional Nossa Senhora das Brotas. Roberto Wagner de Freitas, começou o seu pronunciamento falando sobre a lombada que existe na Rua Cel. Vicente Torres, por ser alta represa a água para as casas próximas. A vereadora Aldenora Freire do Amaral pediu um aparte e falou que problema parecido aconteceu quando foi calçada a Rua Theresillo Pinheiro e o nível das casas ficaram 30 cm mais baixos. A solução foi subir o piso das casas. Falou sobre a viagem à Fortaleza com os convidados, por ser na Semana Santa a viagem foi adiada. Falou sobre a visita do Sr. Juiz Inácio da Silva, Kula, ao Projeto de Pimecero, quando, depois falando com os assessores, falaram que tinha sido a visita mais importante realizada no Ceará, e que também teve a oportunidade de acompanhar à Aracati e à Scapi. Pena que os senhores não puderam acompanhar. Falando sobre a questão da qua

100
17

dra, quero afirmar que não sou contra o progresso de Tabuleiro do Norte. O que se quer com o requerimento aqui apresentado é para o município ter a sua própria Quadra Municipal. Manoel Moreira de Almeida, começou o seu pronunciamento falando dos pronunciamentos na Rádio Educadora Jaguaribana, quando dois adjetivos foram colocados, um pelo Sr. Prefeito Municipal, que chamou um membro desta Casa de "vereadorzinho", e o outro pelo vereador Roberto Wagner, quando disse que existe vereador debaixo da asa do Prefeito. Quero afirmar que isto não existe, pois quando a categoria dos servidores municipais estavam se deparando com as Secretarias Municipais, foi lançado um manifesto assinado por todos os vereadores. Outro ponto que quero ressaltar é a brecha deixada pelo vereador Roberto Wagner e que agora tenho a oportunidade de esclarecer o episódio da eleição da nossa Diretora da Câmara. Na primeira reunião coordenada por Gerardo Malveira e Zezé de Pio, quando enormes dificuldades estavam acontecendo para a realização, o vereador João Viana disse que só participaria se fosse presidente. O vereador Aragão disse que também era candidato, porque se achava competente o suficiente para ser presidente. Depois que a vereadora Tônia pediu emprego para irmã e Zezé de Pio pediu outro para uma sobrinha, depois já se ouvia comentar que Gerardo Malveira seria o assessor administrativo da Câmara, já que as coisas estão sendo levadas por este caminho, só voltarei a discutir se a pendência existente sobre a questão trabalhista movida pelo Dr. Maíard contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, for resolvida. Não resolvendo a questão trabalhista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, vou defender junto ao Partido, que não aceito as condições que estão sendo levantadas aqui nem que eu seja candidato a Presidente. O mesmo objetivo aqui, como o do nobre vereador, é esclarecer o episódio da eleição da nossa Diretora da Câmara.

na. Quero salientar que o pobre vereador Roberto Wagner achou estranho, na reunião, já vir um pré-candidato, pe so já determinada a ser presidente, que na posição dele co mo vereador, ia discutir com o partido e votar num candi dato da coligação Tabuleiro Popular. A nossa intenção tam bém era a mesma, mas que tenha bandeira. Pra nós, não basta ser do Partido dos Trabalhadores, mas um que tenha bandeira pra se defender. Nesta condição era que nós iam^{os} agir a partir do momento em que fosse resolvido a questão retornada com o Dr. Maiard, pois no momento entender e uma questão política e não trabalhista. Como achamos absurda a questão trabalhista, aqui é que entra o caso da cota para se pagar esta dívida, já que o Sindicato não dispõe de dinheiro. No dia 27 de dezembro de 1992, na Gon garrinha, no lar de Antônio Silvério, pessoa que nunca votou no PT, encontramos com Celino, Dr. Nestor, Jurandir e Dr. Mariano. Foi quando Celino perguntou qual seria a minha posição, já que ele dispunha de sete votos. Respondi que a minha posição era a do partido; agora o indicativo que o partido tirou em uma reunião com mais de 50 parti cipantes era que o partido tivesse candidato, que tivesse bandeira como a do Concurso Público e do não rateamen to da representação da Câmara. Jurandir me interpela e pergunta qual é a questão do Sindicato. Tornei a falar o que já havia dito sobre os acordos com os outros funcionários e a ação movida por Dr. Maiard, que não achamos trabalhista, mas sim política. Me perguntaram novamente e disse que se for tirada a questão, então vamos conversar em uma das bandeiras que defendemos em parlance, não aceitando indicação de políticos nos cargos da Câmara, como tam bém o rateamento da representação e o ingresso no servi ço público através de concurso. Foi quando Dr. Nestor inter pelou, dizendo ser muito difícil conciliar questões trabalhis

ta com eleição da Mesa da Câmara. Celínio se levantou, pe-
 gou na minha mão e disse: se você quiser sentar conosco,
 retirarei a candidatura e vamos discutir em patamar de igual-
 dade. Foi quando afirmei que continuasse, já que tinha 7
 votos e o Partido dos Trabalhadores não delibera que tomamos
 essa decisão e não irei defender, e nessa conversa se en-
 cerrou ali. Em razão desta nossa conversa franca e aberta
 é que conversas foram surgindo sobre a nossa conduta. No
 trecho do pronunciamento do nobre vereador Roberto na rá-
 dio, ele falou que na cúpula do PDC, PDS, PSDB existe con-
 versas que Manoel se vendeu, e como já foi cedido a as-
 sessoria jurídica desta Casa para defender um vereador,
 quando o dono de um posto de gasolina levantou calúnias
 de desvio de conduta moral, e nenhum vereador se levantou
 contra, espero que o mesmo não aconteça agora, porque
 sabemos quem são as cúpulas desses partidos, e se fizer
 uma investigação e se chamar para provar na justiça,
 caso seja aprovado, cabe a esse parlamento instalar uma
 Comissão de Inquérito e cassar o mandato desse vereador,
 porque é falta de decoro parlamentar, que aqui jurou
 que prometia cumprir com dignidade. Por isso, Senhor
 Presidente, peço retirar o trecho da fita da rádio ou não
 e mover uma ação, porque aqui na Câmara não deve
 permanecer vereador vendido e nem caluniador. Por is-
 so, não dou aqui convicção que este Parlamento irá designar
 a assessoria jurídica para que busque a verdade es-
 clarecendo os fatos, sendo aprovado que seja apurado;
 espero que nesta Casa não se sinta vereador vendido e
 se houver prova cabal, espero que se instale uma Comis-
 são e casse o mandato por falta de decoro parlamen-
 tar. O Presidente Celínio Nequeira Barros afirmou não ter
 certeza de como proceder neste sentido. O nosso desejo é
 que não chegasse a esse ponto, porque esse problema é

101

partidário e não da Câmara. Como não dois vereadores inteligentes, já fizemos várias conversações com a assessoria e a presidência não pode tomar partido de nenhum, mas se for descoberto pessoas que falaram do vereador, como aconteceu com Roberto que requiriu em plenário a assessoria para processar Vanderley, quando em uma converção falou que vereadores foram vendidos; mas a assessoria não foi acionada e já que colocamos à disposição, não sei porque razão isto não aconteceu. Mas quero esclarecer que para defender o vereador, a assessoria estará à disposição, mas para processar outro vereador não. Mas se for comprovada a falta de decoro parlamentar, os próprios vereadores é que vão investigar e cassar o mandato do vereador. O vereador Roberto Wagner pediu um aparte e falou que a questão sobre Vanderley, a assessoria jurídica não continue ou com os fatos porque ele se retirou dos fatos, por que ele falou do PT e acho que o partido é quem deve tomar as providências e não a assessoria jurídica da Câmara. O Sr. Presidente comunicou aos senhores vereadores que a próxima Sessão Ordinária se realizará no dia 6 de abril de 1994. Nada mais havendo a tratar, a Sessão foi encerrada. E, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida, posta em discussão, vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais vereadores presentes.

[Handwritten signature]

Francisco Marcos Morino
 José Reboças da Costa
 José DARIO Fátima de LIMA
 Francisco Hipólito de Sá
 Paulo Manoel de Oliveira
 Pedro Almeida
 Paulo Wagner de Freitas